



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **5 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 3 de janeiro de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO

Dilma decide privatizar ampliação de aeroportos 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ECONÔMICO

PATRIOTA DEFENDE ACERTOS DO PASSADO, MAS SUGERE ADAPTAÇÕES AO CENÁRIO GLOBAL 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

O GLOBO


DISCURSO DE DILMA GERA EXPECTATIVA POSITIVA EM SETORES DA ECONOMIA 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE BOA VISTA

Implantação da ZPE em Roraima terá R\$ 17 milhões 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Amazônia deve receber mais 11 usinas hidrelétricas 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Dilma decide privatizar ampliação de aeroportos	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A presidente Dilma Rousseff resolveu entregar para a iniciativa privada a construção e a operação dos novos terminais dos aeroportos de Guarulhos e de Viracopos, em São Paulo, informam Valdo Cruz e Ana Flor. O governo também abrirá o capital da Infraero, estatal que administra o setor aeroportuário. As decisões incluem a criação da secretaria ligada à Presidência para a aviação civil -como a Folha antecipou.

Dilma vai privatizar novos terminais de aeroportos

Decisão inclui abertura de capital da Infraero e nova secretaria para o setor

Empresas aéreas podem construir e operar novos terminais em Guarulhos e Viracopos; concessão deverá ser de 20 anos

VALDO CRUZ

DE BRASÍLIA

ANA FLOR

ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff decidiu entregar à iniciativa privada a construção e a operação dos novos terminais dos aeroportos paulistas de Guarulhos e de Viracopos, dois dos principais do país.

A medida faz parte de pacote que será baixado por meio de medida provisória -talvez ainda neste mês.

O texto inclui também a abertura do capital da Infraero (estatal responsável pela administração do setor aeroportuário) e a criação de uma secretaria ligada à Presidência da República para cuidar da aviação civil -como a Folha antecipou em 2010.

A equipe de Dilma já conversou com empresas como a TAM e a Gol, que manifestaram interesse na construção e na operação de novos terminais. O prazo da concessão deve ser de 20 anos.

O objetivo oficial do pacote é desafogar aeroportos que serão vitais para a Copa do Mundo de 2014. Assessores da presidente disseram à Folha que ela deu prazo de 15 dias para finalizar o texto.

Segundo a Infraero, o **Governo Federal** precisa investir R\$ 5,5 bilhões nos aeroportos ligados às 12 sedes da Copa. A avaliação dentro do governo é que a estatal não terá condições técnicas para, sozinha, bancar esses projetos.

Durante o governo Lula, o ministro Nelson Jobim (Defesa) chegou a defender que as administrações de todos os aeroportos fossem concedidas à iniciativa privada.

A ideia foi rejeitada por **Lula** e pela então ministra Dilma (Casa Civil). Ambos temiam o rótulo de privatizantes -o mesmo rótulo que o PT procurava impingir ao principal adversário na eleição, José Serra (PSDB).

Na Casa Civil, Dilma sempre dizia preferir abrir o capital da Infraero, para que esta pudesse captar recursos e aumentar a capacidade de investimentos.

No aeroporto de Guarulhos, o maior do país e principal centro de chegada de voos internacionais, o projeto da Infraero prevê R\$ 1,2 bilhão de investimentos. A obra mais cara é a construção do terceiro terminal, orçada em R\$ 700 milhões.

Em Viracopos (Campinas), os investimentos previstos são de R\$ 742 milhões. O novo terminal deve consumir R\$ 690 milhões.


BRASÍLIA

A Folha apurou que um novo terminal para o aeroporto de Brasília também poderá entrar no pacote.

A concessão dos terminais esvazia o plano de construtoras de fazer um terceiro aeroporto nos arredores de São Paulo, em sociedade com companhias aéreas.

Havia o temor no Planalto de que um terceiro aeroporto roubasse potenciais passageiros do trem-bala.

Já a nova Secretaria de Aviação Civil, ideia discutida na montagem da equipe de Dilma, vai retirar do **Ministério** da Defesa o controle sobre o setor, o que já está combinado com Jobim.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PATRIOTA DEFENDE ACERTOS DO PASSADO, MAS SUGERE ADAPTAÇÕES AO CENÁRIO GLOBAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De Brasília

Menos disposta ao exercício da diplomacia presidencial do que o antecessor Luiz Inácio Lula da Silva, a presidente Dilma Rousseff aceitou, porém, uma agenda intensa de contatos internacionais, que começará já em fevereiro, com viagens pela América do Sul. No discurso de posse, ontem, em que anunciou a decisão da presidente sobre viagens à América do Sul, China e Estados Unidos, o novo ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota, defendeu "o acerto das opções dos últimos anos" em política externa, mas previu "adaptações" e "reconsideração de certas ênfases".

Dilma irá à reunião de cúpula da América do Sul e Países Árabes, em Lima, Peru, em fevereiro, anunciou o ministro. Durante as conversas com chefes de Estado na posse, a presidente acertou de ir, também em fevereiro, ao Chile, para discutir acordos econômicos com o presidente Sebastián Piñera. Com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que desmarcou o encontro previsto para ontem alegando "questões pessoais" para voltar a Caracas, Dilma, em breve conversa, combinou terem um encontro em breve no país vizinho.

Ainda em fevereiro, ela também irá à Bolívia.

As diplomacias do Brasil e EUA trabalham para tentar incluir um encontro entre Dilma e o presidente Barack Obama, em Washington, aproveitando a viagem da presidente, em abril, para a reunião dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China), em Xangai, China, em abril. Ex-embaixador em Washington, Antônio Patriota assumiu sob a expectativa de restabelecer a proximidade entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca, abalada por divergências em relação ao Irã. Isso não impediu que fizesse, no discurso de posse, críticas veladas à atuação internacional americana.

"Consensos de outras eras são cada vez mais questionados e os antigos formadores de opinião encontram dificuldade crescente para fazer prevalecer suas ideias", discursou. O Brasil, para Patriota, está entre os novos polos globais, que devem atuar em questões "que afetam a todos", contra problemas como "as aventuras militares e as práticas

que desestabilizaram a ordem internacional nos últimos anos". O Brasil, disse, superou "o acúmulo de vulnerabilidades" econômicas e sociais que limitavam sua ação internacional.

O país deve ficar "atento" para "evitar que os círculos decisórios que se formam em torno das principais questões contemporâneas reproduzam as assimetrias do passado", insistiu. Grupos internacionais nos quais o Brasil passou a participar, como o G20, das economias mais influentes, têm de incorporar as demandas dos demais, disse o ministro, para quem o Brasil, como sétima economia mundial deve se equipar para demandas por maior atuação na cooperação internacional em países menos desenvolvidos.

Celso Amorim, ao despedir-se, fez elogios enfáticos à capacidade do sucessor, cuja carreira ajudou a impulsionar. Sugeriu a releitura de seu próprio discurso de posse, há oito anos, para comprovar que o governo Lula fez o que prometeu em política externa. "Enfrentamos o desafio de negociações comerciais complexas que vinham sendo conduzidas de forma que faziam prever resultados negativos para o desenvolvimento de nosso País", disse, lembrando a ênfase no Mercosul e a manutenção das "parceiras tradicionais".

Emocionado, Amorim elogiou o "indefectível e implacável escrutínio" da imprensa sobre a política externa, mas fez um desabafo, lembrando sua demissão da Embrafilme, a estatal promotora do cinema, na década de 70, por ter defendido um filme que denunciava a tortura. "Por isso, hoje tenho certa dificuldade não em ouvir críticas, mas em ouvir reparos às minhas convicções sobre direitos humanos - e muitos dos que fazem as críticas hoje estavam calados naquela época".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO DISCURSO DE DILMA GERA EXPECTATIVA POSITIVA EM SETORES DA ECONOMIA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Promessas de reforma tributaria e melhora dos gastos anima mercado

Vivian Oswald e Martha Beck

. BRASÍLIA. O discurso da presidente Dilma Rousseff conseguiu agradar a diversos setores da economia e gerou expectativas positivas. A promessa de fazer andar as reformas, estimular a competitividade, garantir o **desenvolvimento** das micro e pequenas empresas, sem perder de vista os objetivos de melhorar a qualidade dos gastos públicos e de conter a inflação, animou o **mercado**.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, o novo governo deu sinais de que vai dar ênfase a uma gestão profissional e deixou claro que quer garantir a indústria e a outros setores da economia condições para competir no **mercado** globalizado, onde a disputa é cada vez mais acirrada. A reforma tributária foi contemplada pelas palavras de Dilma como "inadiável", para a alegria do setor.

Ela mostrou que o governo vai finalmente lidar com a reforma, o que é fundamental - disse Andrade.

Um dos setores com a maior lista de reclamações, os **exportadores** se animaram com o fato de o discurso da presidente ter sido feito em parceria com o novo ministro do **Desenvolvimento**, Indústria e Comércio Exterior, Fernando **Pimentel**. O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do **Brasil** (AEB), José Augusto de Castro, destacou o

trecho em que Dilma diz que "valorizar o nosso parque industrial, e ampliar sua força **exportadora** será meta permanente".

Tanto o ministro quanto o secretário Executivo, Alessandro Teixeira, tem um cacife político muito grande.

Vão discutir com o Ministério da Fazenda sem, necessariamente, ter de acatar. Antes era apenas comunicado. Politicamente, este discurso, feito por quem conhece o problema do setor de **exportação**, abriu uma porta de esperança - disse ele. Para o presidente da CNI, Dilma foi precisa sobre planos para micro e pequenas empresas.

Ela quer centralizar tudo num único lugar. Este é um setor que representa mais de 95% das empresas brasileiras e grande gerador de empregos. No campo da macroeconomia, Andrade disse que a estratégia de melhorar gastos e cortar despesas pode ser uma válvula de escape para segurar a inflação, sem subir juros.

Para Carlos Eduardo de Freitas, ex-diretor do Banco Central, foi positivo o fato de Dilma ter ressaltado a **importância** da estabilidade monetária. Freitas havia criticado a decisão do BC de manter os juros inalterados na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

	VEÍCULO FOLHA DE BOA VISTA	EDITORIA	
	TÍTULO Implantação da ZPE em Roraima terá R\$ 17 milhões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista, criada por meio de decreto do presidente Luis Inácio Lula da Silva e aprovada pelo Conselho Nacional das ZPEs, já está com recursos assegurados para sua implantação. A deputada federal Ângela Portela (PT) conseguiu incluir emenda de bancada ao Orçamento Geral da União para 2011, no valor de 17,6 milhões de reais. O valor vai permitir que a Prefeitura de Boa Vista inicie as obras até 2012.

De acordo com Ângela Portela, que em fevereiro toma posse como senadora por Roraima, a liberação dos recursos para a Zona de Processamento de Exportações de Boa Vista é prioridade absoluta de seu mandato. “Sabemos que, num primeiro momento, a ZPE pode gerar uma oferta de até 10 mil empregos diretos, na iniciativa privada, por isso o nosso empenho para vê-la funcionando o mais rápido possível.”

O secretário de Planejamento da Prefeitura de Boa Vista, Getúlio Cruz, diz que o projeto para a implantação da infraestrutura da ZPE já está sendo elaborado. Estão contemplados a construção de um muro, com 5 mil metros lineares de extensão, a drenagem da área, construção das redes de água e esgoto, subestação e rede de energia elétrica, assim como os prédios administrativos da Receita Federal.

A prefeitura vai precisar de R\$ 30 milhões para a conclusão da ZPE, o que inclui os estudos ambientais relacionados com as obras e construção dos armazéns para o alfandegamento das matérias-primas e produtos acabados. A Zona de Processamento de Exportações será implantada em uma área de 166 hectares, localizada às margens da BR-174, sentido Pacaraima.


A área, destinada a empresas exportadoras, será fechada e dotada de guarita, além de todas as instalações para que as operações de importação e exportação ocorram no próprio local. Pela lei das ZPEs, 80% da produção serão, obrigatoriamente, destinados ao mercado externo, livre de

impostos. Os 20% restantes podem ser consumidos no mercado interno, com a devida tributação.

Getúlio Cruz explica que todo o processo legal para criação da ZPE já foi concluído, incluindo a criação de uma empresa municipal para administrar toda a estrutura. O secretário informa ainda que a prefeitura pode entregar toda a ZPE concluída e pronta para funcionamento já em 2012. Os recursos previstos no Orçamento pela deputada Ângela Portela atendem a uma parte do investimento. O valor restante, para alcançar os 30 milhões necessários, deve ser incluído no Orçamento de 2012.

Já a parlamentar diz que este será um trabalho intenso, até que todas as condições para o funcionamento da ZPE estejam asseguradas. “Entendemos que, ao assinar o decreto criando a ZPE de Boa Vista, o presidente Lula, e por extensão o Governo Federal, se comprometeu a oferecer todas as condições para o seu pleno funcionamento. Isso inclui a liberação dos recursos necessários para a construção de toda a infraestrutura onde as empresas vão atuar”.

A deputada federal garante ainda que está trabalhando em três projetos que, apesar de distintos, são complementares. “Além da construção da estrutura física para instalação da ZPE, estamos trabalhando também para que a Infraero construa o Terminal de Cargas Alfandegado (TECA) no Aeroporto Internacional de Boa Vista e para que a Suframa possa também construir o chamado Porto Seco, um armazém com toda a estrutura da Receita Federal para atender as Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim”.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Amazônia deve receber mais 11 usinas hidrelétricas		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O projeto de transformar a **Amazônia** brasileira em grande fornecedora de energia elétrica ganhará corpo nos próximos anos com a perspectiva de que mais onze usinas hidrelétricas sejam licitadas na região, acrescentando mais 15,8 mil MW ao sistema. Para transportar os mais de 45 mil MW que serão produzidos na chamada **Amazônia** legal - que inclui a floresta de parte do Mato Grosso - para o centro de consumo do país, cerca de 23 mil quilômetros de linhas de transmissão serão construídos. Se o planejado se concretizar, a região Norte passará a produzir 24% de toda a energia do país em 2019. Um salto de 277% que vai reduzir a importância do Sudeste no fornecimento de energia

Amazônia terá mais onze hidrelétricas

Josette Goulart | De São Paulo

O futuro da região Amazônica brasileira como grande fornecedora de energia elétrica não vai se limitar aos projetos já leiloados até 2010, que vão elevar de 10 mil para 30 mil megawatts (MW) a capacidade de **produção** da região. Depois de Belo Monte, Madeira e Teles Pires, a expectativa é de que nos próximos anos outras onze usinas hidrelétricas sejam licitadas na região, acrescentando mais 15,8 mil MW ao sistema. E para transportar os mais de 45 mil MW que serão produzidos na chamada **Amazônia** legal - que inclui a floresta de parte do Mato Grosso - para o centro de consumo do país, cerca de 23 mil quilômetros de linhas de transmissão serão construídos.

O desafio continuará sendo o licenciamento ambiental. Os grandes linhões do Madeira, licitados em 2009, continuam sem licenciamento. E o governo terá ainda de leiloar **importantes** projetos para ligar outras usinas como a de Teles Pires e Belo Monte. Para os projetos futuros de usinas hidrelétricas, a grande expectativa dos investidores gira em torno dos projetos do complexo do rio Tapajós, no Pará, que vão somar 10 mil MW e já levam grandes investidores do setor a se movimentar e fazer estudos na região.

A principal usina, a de São Luiz do Tapajós, tinha previsão de ser leiloadada no ano passado. Mas de acordo com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o projeto de estudo de impacto ambiental só terá início agora e a expectativa é de que o

leilão aconteça em 2012. Pelo atual estudo de viabilidade, conduzido pela Eletrobras, a usina terá capacidade de gerar 6.133 MW, mas Tolmasquim diz que os estudos, que estão sendo feitos, indicam a possibilidade que esse potencial seja elevado.

Este ano, estão previstos os leilões das usinas Sinop e São Manoel, ambas fazem parte do complexo do rio Teles Pires e têm capacidade instalada, respectivamente, de 461 MW e 746 MW. A Neoenergiascom Furnase Odebrecht, como construtora, venceram o leilão da principal usina do complexo, do mesmo nome do rio, e com capacidade de 1,8 mil MW. A disputa pela usina foi acirrada e a Neoenergia baixou fortemente o preço, levando a concessão por R\$ 58,36 o MWh. O preço, com deságio de mais de 30%, surpreendeu até mesmo integrantes do **Governo Federal**.

As usinas do rio Teles Pires tiveram seus estudos de viabilidade integralmente realizados pela EPE, o que, segundo Tolmasquim, deu mais equilíbrio ao leilão realizado em dezembro. Quatro consórcio se inscreveram na disputa e tinham igualdade de informações públicas. "Quando a EPE faz os estudos, evita que um dos atores tenha informação privilegiada", disse Tolmasquim. A questão começou a ser amplamente discutida nos leilões das hidrelétricas do Rio Madeira. Odebrecht e Furnas realizaram os estudos de viabilidade e por isso acreditava-se que tinham informações privilegiadas em relação a outros competidores, apesar da obrigação de que todos os dados fossem divulgados.

De qualquer forma, no leilão de Jirau, o consórcio liderado pela GDF Suezcom a Camargo Corrêasaiu vencedor alterando o eixo de construção da usina. Na tentativa de colocar a EPE como parte de qualquer estudo de viabilidade realizado, já foi enviada uma proposta ao Comitê de **Monitoramento** do Setor Elétrico (CMSE) para que o órgão tenha poderes de fiscalização desses estudos e possa exigir relatórios parciais de todo o trabalho realizado. "Seria ainda interessante que ao fim de cada etapa do trabalho fosse realizado um seminário com exposição pública de todo o projeto", diz.

Se o planejamento realizado para o setor se concretizar, somente a região Norte passará a produzir 24%

de toda a energia do país em 2019. Um salto de 277% e que vai tirar a importância do Sudeste no fornecimento de energia. A **Amazônia** legal, já com as licitações realizadas, será responsável por 30% de toda a geração hidráulica. Todos os grandes geradores de energia estão de olho nos

projetos que virão. Em um setor que tem sido difícil a consolidação por meio da compra de ativos, as novas usinas, e as da **Amazônia** especificamente, vão desenhar o mapa dos grandes geradores do país.